



1 Ata da sexta reunião do Grupo Técnico de Trabalho do Núcleo Integrado de Atendimento e
2 Articulação à Criança e ao Adolescente, doravante GTT – NIA, ocorrida em onze de setembro
3 de dois mil e vinte e quatro, na Sala de Situação, situada no primeiro andar do Paço Municipal,
4 Praça Mauá, s/nº, Centro de Santos. O GTT-NIA, se reuniu de forma presencial, com a
5 participação dos seguintes indicados: Marselle Barroso Teixeira Rubim e Lídia Mota, em
6 substituição a Sra. Eliana Paulo, pela Secretaria de Educação, doravante SEDUC; Suzete
7 Faustina dos Santos pela Secretaria da Mulher, Cidadania, Diversidade e Direitos Humanos,
8 doravante SEMULHER e pontos focais indicados pelas secretarias, conforme plano e registrado
9 na ata anterior. Compareceu apenas a Senhora Livia Rother Ruiz, representante do Paivas, pela
10 SMS e a Senhora Yasmin Lemes de Castro, Operadora Social, pela SEDS, que embora não
11 seja a indicada oficial pela secretaria, compareceu a reunião como ouvinte e com o
12 compromisso de repassar o que fosse discutido aos representantes da SEDS. A reunião tinha
13 por objetivo apresentar aos pontos focais a documentação referente ao TAC, que originou o
14 Decreto Nº 10.383, de 09/04/2024 de regularização do NIA-CA e o Decreto nº 10.459, de
15 23/05/2024, de indicação do nome das pessoas integrantes do GTT-NIA_CA, face o
16 documento que estabelecia um compromisso do Governo Municipal com a Promotoria da
17 Infância e Juventude desde 2018; o Plano de Trabalho de 2024, elaborado pelo GTT-NIA e
18 qual a função dos mesmos no novo formato proposto pela gestão Municipal, através do GTT,
19 para a atuação do NIA-CA e aceito pela Promotoria da Vara da Infância e Juventude de Santos.
20 Inicialmente, foi feito um breve resumo do teor do TAC, vigente desde 2018, em seguida
21 apresentado o Plano de Trabalho para o NIA-2024, a composição do GTT, instituído por
22 decreto, como se chegou a instituição dos pontos focais e quem eram neste momento: nome
23 e o setor de lotação. Explicou-se que o TAC inicial, previa a criação de um equipamento a parte
24 para funcionamento do NIA, com representação de pelo menos um especialista técnico da
25 SEDUC, SEDS e SMS, com habilidade para lidar com crianças e adolescentes, no que se refere
26 as questões voltadas ao abuso e exploração sexual infantojuvenil. Na nova proposta, preve-se
27 o fortalecimento dos serviços que lidam com questões voltadas a estas violações, nas diversas
28 secretarias, em especial SEDS, SMS e SEDUC, evitando a sobreposição dos serviços, através
29 da articulação intersetorial entre os mesmos, somando forças, ideias, para minimizar as
30 subnotificações, visando o fortalecimento dos serviços existentes, estímulo a conscientização,
31 a denúncia e meios de prevenção em relação ao abuso e exploração sexual infantojuvenil. Foi
32 feita uma leitura rápida dos tópicos do Plano: sua estruturação, objetivos, causas, metodologias
33 a serem aplicadas, quais as metas a serem atingidas; quais os atores e formas de participação
34 dos mesmos; plano de ação com seu respectivo cronograma. Explicou-se, que esta reunião
35 era uma das ações previstas no plano, visto que é necessário o alinhamento entre o GTT e os
36 pontos focais, pois os pontos focais por estarem diretamente ligados/terem acesso, através de
37 seus trabalhos, das situações que ocorrem com esta parcela da população, das necessidades
38 dos serviços para que possam dar conta da demanda e quais os avanços observados neste
39 formato proposto. Foi explicado também que faríamos uma alteração na composição do GTT,
40 com inclusão da SESEG/GCM e de forma mais oficial o CMDCA, órgão deliberador,
41 monitorador, fiscalizador de políticas públicas voltadas para este segmento, onde
42 obrigatoriamente um dos membros tem que representar a Sociedade Civil. Foi lembrado, pela
43 Senhora Suzete Faustina dos Santos, o problema das subnotificações, pois numa demanda
44 atual onde era necessário assentar dados de negligências contra crianças e adolescentes para
45 o Plano de Metas, não obstante a solicitação para os vários órgãos afins, o número que foi
46 enviado e apenas por um dos Conselhos Tutelares foram seis, além do Paivas que enviou o
47 número de noventa e seis crianças vítimas de abuso e/ou exploração sexual infantojuvenil, que
48 foi colocado num quadro a parte por que não ficou bem explícito no assentamento dos dados,
49 o que seria considerado negligência. Neste momento foi feito um parêntese indicando que, se



50 esses dados fossem realmente corretos, pelo menos os enviados pelos Conselho Tutelar, a
51 cidade não teria necessidade de investir tanto em programas, formações, voltados a coibir
52 quaisquer mazelas contra crianças e adolescentes, e nem haveria justificativa para abrir a
53 quarta base do Conselho Tutelar, que alguns tantos solicitam. Que o ideal era não ter nenhum
54 caso, mas que apenas seis casos não justificaria uma mobilização tão grande. Foi lembrado
55 que as subnotificações se dão, também, em função de muitas pessoas ainda terem receio em
56 fazer as denúncias, ocasionalmente não se achando responsáveis, mesmo sendo, muitas
57 vezes, um profissional diretamente com responsabilidade em fazê-las. Foi lembrado que
58 inicialmente a proposta de atuação seria nos locais com maiores índices de vulnerabilidade,
59 com o objetivo das pessoas saberem, compreenderam os fluxos de violência, mas que também
60 não se sintam sozinhos, que tenham suporte, em especial os profissionais de escolas e outros
61 equipamentos que lidam direto com a comunidade. O objetivo é estarem sempre alertas as
62 situações e a importância de serem feitas as denúncias e como fazê-las. Foi proposto, pela
63 Senhora Lívia R. Ruiz, ponto focal representante da SMS, pelo Paivas, a inclusão de membros
64 da Segurança Pública Estadual, visto que as delegacias são portas de entrada de casos de
65 abuso exploração sexual infantojuvenil. Foi explicado que não podemos convocar membros de
66 outras esferas de governanças, mas que poderíamos conversar com o responsável pela
67 Delegacia visando a sensibilização dos mesmos, explicando o propósito e convidá-los para as
68 reuniões. Proposta que foi da concordância de todos. Uma outra situação levantada pela
69 Senhora Lívia, foi a necessidade dos trabalhadores dos equipamentos conhecerem os fluxos
70 de atendimento em situações de exploração e abuso sexual infantojuvenil ou até de qualquer
71 outro tipo de violência, contra crianças e adolescentes, visto que percebe-se que dentro dos
72 equipamentos que realizam/recebem os atendimentos, não há o conhecimento dos fluxos por
73 muitos funcionários e que o fato não é causado, apenas, pela rotatividade/ingresso dos
74 mesmos. Foi proposto que haja uma maior publicização dos fluxos, com a possibilidade de
75 distribuição de cartilhas aos serviços e até mesmo um adesivo com o resumo básico dos
76 mesmos, proposta que também foi de concordância unânime. A Senhora Marselle,
77 representante da SEDUC, falou que dentro da Educação esta questão de desconhecimento de
78 fluxos, vem diminuindo bastante, visto que através do PSE, vem trabalhando bastante esta
79 informação: a quem procurar, como procurar, quais são as portas de entrada. A Senhora
80 Marselle e a Senhora Lívia, representantes da SEDUC e SMS, respectivamente, falaram da
81 reunião que aconteceria, no dia dezesseis de setembro, do Paivas com o Grupo de
82 Orientadores Educacionais, sendo que a representante da Educação, informou que vai solicitar
83 o calendário de reuniões, desde o início do ano para que o GTT- NIACA possa ter acesso ao
84 que já foi feito e acompanhar o que está por vir, bem como esses documentos fazerem parte
85 dos relatórios a serem enviados periodicamente para a Promotoria da Infância e Juventude. Foi
86 trazida à questão de um Lei de 1999, que foi reeditada para adequação de denuncia telefônica,
87 para denúncias por WhatsApp, em relação à violência contra crianças e adolescentes, fato que
88 causou estranheza nos presentes pela falta de ciência da viabilidade pelos serviços afins e de
89 diretrizes para a implantação, real, do mesmo. Por fim, foi sugerido pela Senhora, Suzete
90 Faustina a inclusão dos pontos focais no grupo de WhatsApp, juntamente com os membros do
91 GTT-NIA para facilitar a comunicação e tomada de decisões. A sugestão foi aceita por todos.
92 E por último foi lembrado a todos as alterações propostas pelo Ministério Público na novação
93 do Termo de Ajuste e Conduta, doravante TAC, via Processo Digital, ao que se refere as
94 competências do GTT NIA-CA, que já havia sido enviado por WhatsApp, em quatro de
95 setembro, havendo retorno favorável dos representantes do GTT, pela SEMULHER, SMS e
96 SEDUC, não havendo manifestação da SEDS. As alterações são nos itens três e quatro do
97 TAC original, com uma nova redação, porém sem prejuízos dos demais itens. Sem mais a
98 tratar, quinze horas e vinte minutos, deu-se por encerrada a reunião, cuja ata será lavrada e



- 99 assinada pelos presentes, para que surta os efeitos necessários. Santos, 11 de setembro de
100 2024.
- 101 Marselle Barroso Teixeira Rubim (SEDUC)
- 102 Lidia Santos Mota Miyazaki (SEDUC)
- 103 Suzete Faustina dos Santos (SEMULHER)
- 104 Livia R. Ruiz (SMS)
- 105 Yasmin Lemes de Castro (SEDS).